

UMA LEI, A ESCOLA E UMA ÍNDIA **MARIA DE FÁTIMA N. URRUTH¹; LORI ALTMANN²**

¹Universidade Federal de Pelotas – Núcleo de Etnologia Ameríndia - NETA
kakite.apurina@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas- Instituto de Ciências Humanas-
Departamento de Antropologia e Arqueologia - lori.altmann@yahoo.com

1. INTRODUÇÃO

A lei 11.645 de 10 de março de 2008 possibilitou o(a)s afro descendentes e indígenas serem protagonista/atores da história ensinada/construída nas escolas de ensino fundamental e médio em estabelecimentos públicos e privados no Brasil. A efetividade desta norma/lei possibilita que mesmo após 500 anos de miscigenação entre povos (europeus, africanos e indígenas) e muitas e diversas mudanças sociais e culturais os/as afrodescendentes e indígenas ainda sejam considerados/as ou constituídos/as como inferiores, alvo de preconceito e discriminação. Assim, o ambiente escolar tornar-se campo fértil para que se desconstrua e se construa a diversidade de saberes em trocas permanentes de culturas entre todo(a)s (afro descendentes, indígenas e outros).

É o que diz o parágrafo 1 do artigo 26-A da lei 11.645/08:

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil (BRASIL, 2008).

O projeto desenvolvido pelo Núcleo de Etnologia Ameríndia - NETA da Universidade Federal de Pelotas no Projeto de Extensão “Temática Indígena na Escola: Diversidade de Saberes, 2014” possibilitou troca de experiências e abordagens e a desmistificação da imagem do (a) indígena dentro do contexto social na Escola Municipal de Ensino Fundamental Nestor Elizeu Crochemore, localizada na zona rural de Pelotas, RS. Abordando o tema proposto da lei 11.645/08 para que a comunidade escolar pudesse acessar e trocar com o grupo do projeto de extensão, materiais didáticos e qualificação para adentrar na sala de aula e inserir o(a) educando(a) nesta proposta.

A ÍNDIA

Ela/eles sorriam curiosos e impacientes. Olhavam para um “índia de verdade”. Vinda do Acre. Entretanto estávamos naquele espaço escolar para trocar saberes e conhecimentos. Indagavam sobre as vestimentas, os modos de viver, a trajetória, cultura e identidade. Aos poucos as palavras tornaram-se fáceis e todos/as puderam compreender que uma indígena é um ser humano. E a diferença tornar-se identidade e a diversidade poderá produzir o que chamamos de igualdade, quando aprendemos a conviver em solidariedade, a

porção humanizada da terra. Pela primeira vez, aqui no Sul, foi gratificante ser índia (BOFF, 1999).

2. METODOLOGIA

Diálogos com os/as educadores/as e trocas de experiências. Ensinando a cultura indígena Apurinã, sobre nosso modo de ser. Nós, Puringary, conhecidos pelos cariu, não indígenas como povo Apurinã. Moramos há séculos na região do Médio Purus (Acre, Amazonas, Rondônia) pertencemos a família linguística Aruak-Maipure. E fui aprendendo com eles/elas o que se ensinava no ambiente escolar sobre os indígenas. Desfiando redes de tempo e imagens e conceitos e preconceitos e do nosso “primitivo” modo de ser.

Estamos bem conscientes de que os povos, em diferentes épocas e lugares construíram seus mundos de maneira diferente; a multiplicidade de culturas é um tema persistente nas ciências sociais.” (TUAN, 1980). Fizemos juntos outras redes, formas múltiplas de comunicação, cortes e emendas solidárias.

Atividades de colagem com folhas e flores colhidas em torno da escola rural de Ensino Fundamental Nestor Elizeu Crochemore permitiram que os/as infantes educandos/as das turmas iniciais tivessem uma aproximação dentro do espaço escolar. Uma percepção e superação das imagens estereotipadas dos povos indígenas e a partir de seus movimentos de potência a criação/ iniciação de forma lúdica do que é um(a) indígena e de que forma somos em todas as dimensões que uma criança pode imaginar em seu universo indescritível.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pluralidade existe, positivada por uma lei que proporciona reconhecimento da sociedade e suas diversas formações históricas e culturais que existem no espaço escolar. As trocas e a reciprocidade podem transformar os territórios construídos. E lugares onde existiam muros e grades, pode se pensar em pontes e arcos de conhecimentos entre diversos povos (afrodescendentes indígenas e brancos).

A aprendizagem é aquela que transforma o ser. Os saberes são reconstruídos pelos educadores/as e buscam com isso a sua autonomia “Nas condições de verdadeira aprendizagem, os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado, ao lado do educador igualmente sujeito do processo” (FREIRE, 1996).

A escola tornar-se um ponto fundamental para discussões destas temáticas e a inserção de projetos, que visem contribuir juntamente com esta comunidade permitem, que se caminhe de forma coletiva e próxima.

4. CONCLUSÕES

A participação de uma indígena no Projeto de Extensão da Universidade Federal de Pelotas - através do Núcleo de Etnologia Ameríndia - NETA no “Projeto Temática Indígena na Escola: Diversidade de Saberes, 2014” com educadores/as e crianças das séries iniciais demonstrou o quanto é necessário o envolvimento e a participação de estudantes indígenas e quilombolas dentro das universidades. E que podemos construir uma sociedade diversa, sem preconceito

e discriminação. Consistindo essas questões em amplos espaços a serem explorados por projetos de ensino, pesquisa e extensão.

A temática abordada possibilitou ressonâncias possíveis de como tratar a aplicabilidade da norma de forma prática, levando os/as educandos/as e educadores/as às questões pertinentes ao tema e o fazendo através de atividades lúdicas e em contato com o outro numa libertação emancipadora.

Emancipação, que segundo Zygmunt Bauman, descreve este sentido, que “libertar-se”, significa literalmente, libertar-se de algum tipo de grilhão que obstrui ou impede os movimentos; começar a sentir-se livre para se mover ou agir. “Sentir-se livre” significa não experimentar dificuldade, obstáculo, resistência ou qualquer outro impedimento aos movimentos pretendidos ou concebíveis (BAUMAN, 2001).

E mesmo estando longe da aldeia, dos rios e florestas, pude contribuir dentro de um espaço escolar na forma como somos e vivemos sobre a terra. E enfim somos todos é gente. Pois como escreveu Vladimir Maiakóvski: Brilhar para sempre, brilhar como um farol, brilhar com brilho eterno, gente é para brilhar, que tudo mais vá para o inferno, este é o meu slogan e o do sol.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano, compaixão pela terra**. Petrópolis, Vozes, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. – Coleção Leitura

MAIAKÓVSKI, Vladimir.

TUAN, Yu-Fu. **Topofilia – Um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente**. Tradução Lívia de Oliveira, Prof. Adjunta do Depto. de Geografia. Rio Claro/SP: UNESP, 1980.

BRASIL. Lei 11.645, de 10 de março de 2008. Acessado em 18 de julho de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007/2010/2008/lei/l11645.htm